



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

JAILTON RODRIGUES MEDEIROS

**DEMOCRACIA E A HERANÇA POPULISTA NA POLÍTICA DE
ESPERANÇA (PB)**

**CAMPINA GRANDE
2006**

JAILTON RODRIGUES MEDEIROS

**DEMOCRACIA E A HERANÇA POPULISTA NA POLÍTICA DE
ESPERANÇA (PB)**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Brasil, do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Me. Guibergues Santos

CAMPINA GRANDE
2006

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

M488d Medeiros, Jailton Rodrigues.
Democracia e a herança populista na política de Esperança
[manuscrito] / Jailton Rodrigues Medeiros. – 2006.
35 f.

Digitado.

Monografia (Especialização em História do Brasil) –
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Prof. Me. Guibergues Santos, Departamento de
História e Geografia”

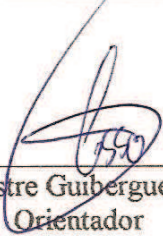
1. Populismo. 2. Partido político. 3. Ideologia política. 4.
História da Paraíba. I. Título.

21. ed. CDD 320.5


TRABALHO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE ESPECIALISTA EM HISTÓRIA
DO BRASIL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

DATA DA APROVAÇÃO 20 / 03 / 2006 (7,5)



Prof^o Mestre Guibergues Santos
Orientador



Prof^o Mestre Jose Flor de Medeiros Junior
Universidade Estadual da Paraíba

Prof^o Dr. Josemir Camilo
Universidade Estadual da Paraíba

Campina Grande, 2006

AGRADECIMENTOS

Agradeço a ajuda prestimosa do meu orientador, Giubergues, pelo carinho e paciência que me acolheu.

Agradeço a minha esposa Neide pelo carinho e incentivo.

Agradeço aos meus professores e colegas pelo apoio e estímulo.

RESUMO

As diversas modalidades de populismo apresentam como traços comuns o caráter de movimento não-institucionalizado, que prescinde de princípios ideológicos rígidos de normas de organização, e por isso raramente constitui partido político; indefinição de propósitos, que lhe torna estranha, ou pelo mesmo secundária, a noção de programa político; presença de um líder carismático; negação do conceito de classe e, portanto da luta de classes; e forte conotação nacionalista. Com o militarismo e o fascismo, o populismo partilha a mesma falta de definição ideológica, a negação da sociedade de classes e ausência de organização de tipo partidário. Assim, no interior de um mesmo movimento, podem coexistir tendências opostas e todos matizes de esquerdismo e direitismo.

PALAVRAS-CHAVE: Populismo. Partido político. Ideologia política.

ABSTRACT

The various forms of populism have common traits and the character of non-institutionalized movement, which dispenses with rigid ideological principles of organizational norms, and so is rarely a political party; vagueness of purpose, which makes you weird, or even secondary the notion of a political program, presence of a charismatic leader; denial of the concept of class, and consequently of class struggle, and strong nationalist connotation. Militarism and fascism, populism shares the same lack of ideological definition, the negation of class society and no partisan organization. Thus, within the same movement, opposing tendencies can coexist and all shades of left and right.

KEYWORDS: Populism. Political party. Political ideology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 ANTECEDENTES DO GETULISMO	09
3 POPULISMO NO BRASIL	19
4 O PREFEITO POPULISTA	30
CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

Durante um certo tempo a produção historiográfica se deteve ao estudo do político ou da política enquanto poder institucional, o Estado, os partidos, as administrações públicas nessas perspectivas, a política era entendida como o lugar de realização e manifestação do Poder, o poder era legitimado através da política. Essa tendência foi marcada pelo pensamento racional cientificista, cuja proposta conduzia a ideia de progresso e evolução das sociedades humanas. Vinculadas a esse paradigma situamos tanto o pensamento positivista, que se propunha defensor e conservador das sociedades burguesas quanto o pensamento Marxista que se constituiu enquanto revolucionário e de combate a este mesmo modelo de sociedade.

Em síntese o que diferenciava as duas correntes de pensamentos citados anteriormente, no tocante ao político, era o fato da primeira considerar a dimensão política como fator decisivo na condução e direcionamento dos povos e das nações. A política institucional assegurava uma política econômica e esta por sua vez efetivava-se no sistema econômico dominante, o capitalismo responsável pelo destino do povo. O Marxismo, partindo da crítica da economia clássica, que embasava o Capitalismo se propunha revolucionário, cujo processo se daria através da tomada do poder político das mãos da burguesia, classe detentora do Capital.

Essas filosofias se coadunavam partindo da concepção de que assim como a ciência moderna em geral, a história era um conhecimento racional e atingível mediante a análise dos aspectos visíveis das relações sociais. Como as dimensões infra e supra estruturais, ou seja, de um lado o ideológico e do outro o político e econômico.

Sabemos que o Capitalismo atualmente ultrapassou o caráter meramente econômico, ao invés de falarmos numa economia capitalista, poderíamos falar numa mentalidade capitalista. Como compreender a permanência por tanto tempo no poder através de sucessivas vitórias eleitorais, de um político cuja administração não rompe com uma prática política tradicional e conservadora, sem conseqüentemente ir na discussão do econômico como determinante do político.

Para darmos conta da análise objetiva do nosso trabalho, percebe a necessidade de nos enveredar por outros universos, que ultrapassam a dimensão convencional que postulou o político como desdobramento do econômico. Era necessário compreender, os jogos e as correlações de forças que envolviam práticas políticas partidárias e de relações

de poder, os simbolismos, e traumas que enredava a partir de uma teatralização, encenações, atribuindo sentido e veracidade a todo texto e contexto, que envolve a política partidária.

Para atingirmos os nossos objetivos empreendemos como técnica a análise do discurso, uma vez que entendemos que este institui o real, e no caminho da pesquisa coletamos depoimentos orais, assim como reunimos um vasto material de propaganda e panfletos relativos às campanhas políticas além de revistas oficiais publicadas em datas comemorativas.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro apresentamos problematização do tema, escrevo como se deu a pesquisa e discuto a importância desta para a nossa análise.

O segundo capítulo trata das relações de poder, as tramas e estratégias políticas que tentam dar conta desse universo simbólico que vai para além da política institucionalizada.

No terceiro e último capítulo, procuramos através dos discursos da população da cidade traçar um perfil histórico e político administrativo do Sr. Luís Martins de Oliveira, através do qual propomos uma discussão em torno de possíveis fatores que explicam a política, o poder político do Sr. Luís Martins.

Esse foi um trabalho e pesquisa em que buscamos estudar algumas questões que envolvem a dimensão política institucional enquanto política de poder, não foi nossa intenção apresentar respostas e sim dar início a uma nova perspectiva de estudo político como dimensão do cotidiano. Pretendemos posteriormente dar continuidade.

2 ANTECEDENTES DO GETULISMO

Durante muito tempo a produção historiográfica brasileira se deteve ao estudo do político, ou da política enquanto poder institucional, o Estado, os partidos, as administrações públicas. Nessa perspectiva a política é entendida como “o” lugar de realização e manifestação do Poder, o poder era legitimado através da política. Essa tendência foi marcada pelo pensamento racional cientificista, cuja proposta conduzia a idéia de progresso e evolução das sociedades humanas.

Vinculados a esse paradigma situamos tanto o pensamento Positivista, que se propunha defensor e conservador das sociedades burguesas quanto o pensamento Marxista, que se constituiu enquanto revolucionário e de combate a este mesmo modelo de sociedade.

O período que antecede o Estado Novo está ligado a fatos que aconteceram a partir de 1922 com as revoltas tenentistas. As origens do movimento tenentista ligam-se às mudanças ocorridas no interior do próprio exército: A Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada em 1904 e, em 1911, criou-se a Escola Militar do Realengo. A primeira destacara-se desde o final do império, por formar oficiais dotados de sólida base positivista, preocupados com questões nacionais, e não as exclusivamente militares. Já o ensino de Realengo tinha outro caráter, eminentemente técnico. O abandono em que o governo oligárquico lançara o exército e as restrições políticas, e não necessariamente profissionais, impostas à ascensão na carreira militar geravam descontentamento entre os tenentes. Os tenentes propunham um processo revolucionário para livrar as Forças Armadas de influências tão nefastas, embora pouco discutissem a respeito do que fazer após a revolução. Faltava-lhes um projeto consistente para o Brasil. Propunham a moralização do país, por meio do voto secreto e de maior centralização política, eliminando assim o excessivo poder das oligarquias e dos “coronéis”. Defendiam ainda a criação do ensino obrigatório. Uma dessas revoltas foi a dos 18 do Forte de Copacabana. Esse episódio marca uma revolta debelada logo no início da marcha dos 17 tenentes revoltosos e mais um civil que partiram de encontro com as tropas governistas pelas areias da praia de Copacabana, na tarde de 6 de julho de 1922.

Outro episódio que marcou pela ousadia e pela duração, além do fato de não ter sido derrotado uma única vez pelas tropas governistas, foi a Coluna Prestes. Comandada

pelo capitão Luis Carlos Prestes, a marcha saiu de Assis Brasil, no Estado do Paraná, em abril de 1925, e foi até a Bolívia, encerrando a jornada em 3 de fevereiro de 1927. Ela percorreu mais de 25 mil quilômetros do interior do Brasil até a Bolívia, mais precisamente em Santa Cruz de La Sierra.

Após o fim das revoltas tenentistas, o clima ficou mais tranquilo, pelo menos até o “crack” da Bolsa de Valores em Nova Iorque, em 1929. Com o “crack”, a aliança de São Paulo e Minas Gerais, conhecida como café-com-leite, se desfez. Era necessário proteger a exportação do café, principal produto brasileiro e gerador divisas para o país. Logo, pela lógica dos cafeicultores era necessário manter no poder alguém ligado à política paulista para que os incentivos fiscais, necessários para a manutenção do poderio econômico dos cafeicultores paulistas, continuassem idênticos ao período anterior ao “crack” da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

O presidente Washington Luis, paulista, deveria indicar um mineiro. Porém, para surpresa de seus aliados, ele indicou outro paulista, Júlio Prestes. Com isso, os representantes de Minas Gerais, sentindo-se traídos, procuraram aliar-se aos estados do Rio Grande do Sul e Paraíba em busca de vitória nas eleições presidenciais de 1930. Criou-se então, a Aliança Liberal. Criou-se aí um movimento armado.

Apesar de mobilizarem vários setores da sociedade contrários ao domínio da oligarquia cafeeira, a Aliança Liberal não conseguiu a vitória. As fraudes eleitorais, comuns à época, evitaram a vitória dos aliancistas. E como se não bastasse a derrota à Presidência, os candidatos aliancistas que concorreram a cargos estaduais, principalmente em Minas Gerais e Paraíba, não obtiveram o reconhecimento da vitória pelo Congresso, fato que aumentou ainda mais o sentimento de revolta por parte deles.

No dia 25 de julho, aconteceria um fato que impulsionaria de vez a ação armada: o assassinato de João Pessoa, presidente do Estado da Paraíba (hoje governador). Com a morte de João Pessoa, a Aliança agora tinha uma mártir e a revolução não tardaria a acontecer. E, sob o comando de Getúlio Vargas, o levante foi declarado às 17:30 horas do dia 03 de outubro de 1930 e logo se estendeu a outros pontos do país. Dois dias depois de iniciada a revolta, o governo federal instalou o Estado de Sítio e começou a convocar reservistas do Exército. Mas a população estava insatisfeita com o regime e os homens chamados para defender a capital federal estavam dispostos a entregá-la facilmente para as tropas rebeldes comandadas por Vargas.

Em novembro de 1930, o líder civil de um movimento armado de oposição, Getúlio Vargas, tornou-se Presidente do Brasil em caráter provisório. Os militares mais graduados dez dias antes, haviam deposto o governo legal do Presidente Washington Luís (1926-30), com isso impedindo-o de dar posse ao candidato (Júlio Prestes) que, pelos resultados oficiais, havia derrotado Vargas na eleição presidencial de março. (SKIDMORE, 1982.p.30)

No dia 10 de outubro, Getúlio partiu à frente de suas tropas para o Rio de Janeiro pronto para a batalha. Porém, a batalha não aconteceu. No dia 24, Getúlio recebeu a notícia que os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto, juntamente com o almirante Isaías Noronha, haviam deposto o governo de Washington Luís e tinham constituído uma junta governativa no dia 23, o que nada mais era do que uma tentativa de um golpe pacificador que, na opinião dos oficiais golpistas, serviria para evitar maior derramamento de sangue.

Com efeito, a Revolução de 1930 é o ponto de partida de uma nova fase na história brasileira, em que se assiste a um complexo desenvolvimento histórico político cujos traços dominantes são as tendências de liquidação do Estado oligárquico, alicerçado em uma estrutura social à base da grande propriedade agrária voltada para o mercado externo, e de um Estado democrático, apoiado principalmente nas massas populares urbanas e nos setores voltados a industrialização. (WEFFORT, 1978, p.49)

A junta tentou consolidar-se no poder, com apoio das tropas dos tenentes e dos aliados políticos, Getúlio Vargas obrigou-lhes a passar o governo da nação a ele. Vargas chegou ao Rio de Janeiro em 31 de outubro de 1930, mas preferiu receber apenas em 3 de novembro do mesmo ano, um mês após o início do movimento golpista. Mas Vargas não iria se contentar apenas em ficar a frente do governo.

Logo após tomar o poder da junta militar que depôs Washington Luís da presidência, Getúlio Vargas assumiu a direção do País. Instalava-se o governo provisório que começou em 1930 e terminou em 1934. Esse período foi cercado de problemas. Crises no Nordeste, em Minas Gerais e em São Paulo eram geradas pela inexperiência política-administrativa dos "tenentes" que ganharam de Vargas as interventorias estaduais. Em todos esses momentos difíceis, Vargas, com agilidade, soube resolvê-los.

Vem de longe o inconformismo das classes médias e ele e manifestou de diversas maneiras, desde campanhas de opinião que aproveitam as oportunidades eleitorais até às insurreições militares de 1922, 24 e 26 que foram, sem dúvida, suas expressões mais radiocais e conquistaram simpatias gerais na opinião pública urbana. (WEFFORT, 1978. p.72)

Os problemas no Nordeste se davam por dois pontos, excluindo-se aí a falta de experiência dos "tenentes". Um dos problemas era falta de recursos que deveriam vir do governo federal, pois o ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, estava empenhado em equilibrar o orçamento afetado pela redução da receita. O outro problema de Whitaker foi a seca, uma das mais longas da história brasileira, o que dificultou os governos dos interventores.

Mas já era muito tarde. Mesmo após a nomeação de um paulista e civil para a interventoria (Pedro de Toledo foi o homem escolhido para assumir a interventoria paulista), a população paulista, motivada pelos grandes prejudicados com a política pós-30, os cafeicultores, continuava irada. Uma revolução parecia iminente.

E ela veio. A 9 de julho de 1932, estourava a Revolução Paulista, por uma São Paulo livre, por uma nação livre e por uma Constituição. Recrutaram-se diversos homens (até mulheres se apresentaram) que, liderados pelo general Bertoldo Klinger, esperavam o apoio do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná para conseguirem assim a grande vitória.

Mas cabe observar que no período oligárquico as massas encontram-se distanciadas de qualquer possibilidade de participação real, no período posterior – seja durante a ditadura de Vargas, seja durante a etapa democrática (1945-64) – sua participação ocorrerá sempre sobre a tutela de representantes de alguns dentre os grupos dominantes. (WEFFORT, 1978, p.76).

No dia 17 de julho de 1934, a força de Vargas foi confirmada. Ele venceu, através de uma eleição indireta (já que todos os votos - secretos - foram dados pelos membros da Assembléia Constituinte). Vargas venceu com 175 votos a favor, contra 59 dados a Borges de Medeiros e 04 ao general Góis Monteiro.

O período de certa estabilidade política foi bastante conturbado. As eleições de outubro de 1934, que elegeram os deputados estaduais e federais, além dos presidentes estaduais, foram desastrosas para os aliados do poder central. Os "tenentes" e seus aliados perderam terreno para as forças contrárias nos estados.

Foi nesse ambiente, de fragilidade do consenso e da democratização, que a intelectualidade brasileira estreou suas lutas, aderindo, voluntariamente, as causas populares. Alguns à esquerda, abjuram o liberalismo da UDN para em seguida entrarem, majoritariamente, no Partido Socialista Brasileiro ao tempo em que outro segmento, mais radicalmente comprometido com o socialismo e menos com a democracia, firmava posição dentro do Partido Comunista — declarado ilegal em 1947 e com os parlamentares cassados

em 1948. Daniel Pécaut em estudo sobre os intelectuais da geração 1954-1964, analisando esse contexto declara:

... o ardor democrático dos intelectuais de 1945 tinha poucas chances de durar. Tendo admitido, por cálculo ou impotência, o aspecto corporativista do regime, pouco inclinados aos prazeres da política partidária e, além disso, pouco instrumentados para tomar parte nela, não tinham motivos para celebrar as virtudes da "democracia formal" que de qualquer forma nunca exaltaram assim. (PÉCAUT, 1989, p. 99).

Para essa elite pensante, o aperfeiçoamento democrático em curso era apenas um tema subordinado a questão nacional que agora, diferente do período 1925-1940, estaria definitivamente gravitando em torno do reconhecimento da existência concreta da nação brasileira, do caráter e da personalidade acabadas de seu povo, e do direito inalienável ao progresso econômico e social. Agora não se tratava mais de buscar a identidade do oprimido frente o opressor, mas de mobilizar as massas para o confronto que afirma e defende a soberania nacional indispensável ao desenvolvimento.

Para tentar evitar perder o controle dos principais aliados, como em Minas Gerais e Distrito Federal, Vargas procurou intervir sutilmente, ajudando assim na manutenção de Benedito Valadares no governo de Minas Gerais e na eleição do Ministro da Marinha, para o governo do Distrito Federal, o Rio de Janeiro.

Uma junta militar governou o Rio de Janeiro de pleno direito durante dez dias, antes de entregar finalmente o poder, em 3 de novembro, a Getúlio Vargas, o líder incontestável do movimento de oposição. (SKIDMORE, 1982, p.25)

Neste mesmo período, surgiram dois novos grupos contrários em sua gênese que, de certa forma, mostravam as tendências dos novos tempos: a Aliança Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A primeira era liderada por Plínio Salgado e tinha características fascistas e por lema trazia os dizeres "Deus, Pátria e Família", além de contar com a simpatia do presidente Vargas. A ANL, apesar de não ser, reconhecidamente, um partido comunista, possuía essas tendências e recebia apoio de comunistas como Luís Carlos Prestes (seu presidente honorário).

O maquiavélico estilo político de Vargas encorajava cada um desses grupos a pleitear suas exigências. Os tenentes, por exemplo exerciam influencia dentro do governo provisório, durante o primeiro ano. Os seus líderes eram liberalmente usados por Vargas como agentes políticos em diversas áreas importantes, como João Alberto, interventor em São Paulo

e Juarez Távora, o vice-rei político do Nordeste. (SKIDMORE, 1982.p.34)

O governo federal, vendo crescer a influência da ANL, baixou uma lei assinada por Vargas a 11 de julho de 1935, que colocava na ilegalidade qualquer partido com ideologia internacional. Uma curiosidade: a AIB continuou a existir, apesar de utilizar ideologia nazi-fascista, ou seja, ideologia germânico-italiana.

Os comunistas e contrários à política de Vargas já vinham disposto a mudar na base da bala se necessário fosse a situação do País. Prestes, sua esposa, Olga Benário, e aliados iniciaram os preparativos para o golpe, porém, entre eles havia um traidor - Paul Gruber - que era, na verdade, um espião a serviço do Intelligence Service (serviço de inteligência) britânico. O delator entregou os outros líderes, como Rodolfo Guioldoi, Secretário-Geral do Partido Comunista argentino, Harry Berger, judeu russo naturalizado americano, e sua esposa Elise Berger, os quais, um a um, foram caindo nas garras da polícia política de Vargas.

Os levantes ocorridos em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro não foram suficientes para efetuar a revolução e foram rapidamente debelados. Em 1936, enquanto prosseguia a campanha de investigação dos comunistas, os políticos preparavam-se para a eleição presidencial marcada para 3 de janeiro de 1938. Getúlio achava prematura a data, porém a Constituição assim determinava e o presidente nada (pelo menos constitucionalmente) poderia fazer.

Os integralistas sentiam-se poderosos e fortes para o pleito que se aproximava. Esta confiança vinha da influência cada vez maior dos integralistas dentro da sociedade e da entrada cada dia de mais e mais pessoas influentes no cenário político, econômico e militar. Além, disso, contavam, aparentemente, com a benção de Getúlio (na verdade o político gaúcho só estava interessado nos integralistas para que esses impedissem a proliferação das crescentes tendências comunistas no País).

Porém, existiam alguns políticos que já pressentiam o golpe de 1937. Flores da Cunha, ex-aspirante à Presidência, era um desses. E para evitar que Flores tentasse algo contra o governo, Vargas concedeu ao general Góis Monteiro a unificação das milícias estaduais ao Exército. Sabendo que não contaria com o apoio do ministro da Guerra, João Gomes, que fora indicado pelo governador paulista, Getúlio substituiu-o por Eurico Gaspar Dutra, que compartilhava as idéias de Vargas e Góis. O fim das ambições de Flores da Cunha estava agora à vista e Góis começou a instalar no Sul um aparelho militar do tipo que o gaúcho não podia deixar de respeitar.

Mas para os políticos mais poderosos que Plínio Salgado ou Flores da Cunha, a campanha eleitoral começara em 20 de novembro de 1936, na cerimônia de inauguração do edifício do Instituto do Cacau, em Salvador. Lá, surgiram rumores de que Vargas realmente continuaria. Ainda nesse evento o governador da Bahia, Juraci Magalhães, respondeu a essa idéia ditatorial de Vargas e seus seguidores acentuando a importância das eleições e esboçando o perfil de seu candidato ideal (que se assemelhava a Armando Sales). Getúlio, que estava presente fazendo-se de desentendido, falou ao ouvido de seu vizinho de mesa: o candidato que Juraci está pintando é o Senhor do Bonfim. Mais tarde, Juraci, de certa forma indignado, propõe uma aliança entre São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, para evitar um golpe. Prontamente, Lima Cavalcante, governador de Pernambuco, aceitou e Juraci tentou convencer Armando Sales, governador de São Paulo, a entrar nessa aliança em favor da democracia. Armando, vendo que sua candidatura já estava bem adiantada, recusou.

Armando Sales não era do gosto de Getúlio, pois Sales dizia que a candidatura de um representante da elite paulista perturbaria o País e poderia ser desastroso; e Góis acrescentava que a aliança do paulista com o gaúcho Flores da Cunha não seria aceita com boa vontade pelo Exército.

Além desses candidatos, outros colocaram seus nomes à disposição do povo para as eleições presidenciais. Foram eles: José Carlos de Macedo Soares - paulista, que era Ministro das Relações Exteriores - e José Américo de Almeida, do Tribunal de Contas que contou com o apoio do governo.

Vendo que políticos influentes como os governadores Benedito Valadares, Juraci Magalhães e Antônio Carlos começavam a lutar pela realização das eleições, Getúlio começou a enfraquecê-los. Em Minas, fez com que a milícia estadual ficasse às ordens de Dutra, o que preocupava Valadares. A Antônio Carlos fê-lo perder a presidência do Congresso para o jovem político mineiro, Pedro Aleixo, e, quanto a Juraci, acusou-o de querer perturbar a ordem nacional em cadeia nacional de rádio. O que mostrava cada vez mais a estes e outros políticos que Vargas não pretendia deixar que as eleições vingassem.

As eleições que tantas discussões geraram nem chegaram a acontecer. Getúlio começou a preparar um golpe para continuar a frente do País. Enquanto isso, Francisco Campos, antigo líder dos camisas verdes (como também eram conhecidos os integralistas, já que seu uniforme era composto camisas verdes) do Estado de Minas, preparava uma nova Constituição ao seu estilo, ou seja, autoritária, como também gostava o presidente.

Ao mesmo tempo em que isso acontecia, vários boatos acusavam grandes nomes da política nacional de envolvimento com a Intentona Comunista de 1935. Finalmente, no princípio de maio de 1937, surgiram boatos de uma nova revolta comunista. De novo o governo decretava estado de sítio e determinava a apreensão de todo o arsenal de provisões gaúchas. Getúlio nomeou então Góis para chefe do Estado-Maior, para a satisfação do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra. A liderança do Exército unificada conspirava, ao lado de Getúlio, contra a democracia.

Mesmo assim a campanha eleitoral continuou. O ministro da Justiça, Macedo Soares, cancelou a censura e o estado de sítio e libertou os simpatizantes do comunismo que haviam sido detidos. Enquanto isso, as marchas integralistas voltavam a ser atacada a tiros e iniciavam-se os comícios.

Os candidatos mais fortes nesse momento eram Armando Sales, que baseava sua campanha numa crítica ferrenha à inflação, proporcionalmente suave, que afetava o País, e o escritor José Américo que procurava os votos da esquerda. O escritor chegava a convencer os esquerdistas de que era realmente o candidato oficial, pois atacava o governo e tentava passar a imagem de único honesto no Brasil. José Américo também atacou os monopólios e as classes ricas e mostrava seu ódio pelo integralismo. Isto levou Vargas a achar a campanha de Américo chocante pela sua demagogia.

Sentindo que a campanha de Américo estava fazendo com que o povo e os políticos mineiros e pernambucanos pulassem para o lado do candidato paulista, Getúlio achou melhor que os dois renunciassem e que as eleições fossem adiadas. Valadares, que fora incumbido da missão de conversar com Sales sobre a proposta do presidente, irritou-se com a demora para ser atendido e foi ver Getúlio sem a resposta de Sales.

Francisco Negrão de Lima, o mineiro que deveria supervisionar a campanha de Américo, foi o homem que tinha como missão libertar todos os que apoiavam Américo deste compromisso, evento feito a mando de Vargas e Valadares (o qual já tinha concordado em entrar no golpe que seria dado com o apoio de dois ministros militares).

Finalmente, no dia 30 de setembro de 1937, todos os jornais e rádios do País anunciavam o Plano Cohen. Segundo esse plano, descoberto pelo Estado-Maior do Exército, os comunistas planejavam um golpe contra o Brasil e, para que isso fosse evitado, era necessário que o Congresso concedesse mais uma vez a Vargas a autorização para que ele decretasse o estado de sítio.

E isso foi feito. A partir daí, vários inimigos da pátria foram presos e outros exilados. O governo federal tinha todo o País nas mãos. Ao saber da nova Constituição que

estava sendo preparada, Plínio Salgado mostrou logo o seu apoio (e dos integralistas, obviamente) ao presidente, organizando uma passeata nos moldes das que aconteciam na Alemanha nazista, o que veio a assustar a filha do presidente, Elzira Vargas, por causa do número de pessoas do alto escalão das forças armadas, industriais, trabalhadores, senhoras da alta sociedade, soldados e marinheiros presentes.

Armando Sales e José Américo, sentindo que o golpe estava próximo, começaram, cada um, a articular-se contra esta agressão à nação. Porém, os aliados de Vargas anteciparam do dia 15 para o dia 10 a data do golpe: a data do início do Estado Novo.

Experiência importante que duraria até 1964 e, durante todo esse período, refletiria, por meio de uma sucessão de governos e golpes, as contradições de uma sociedade que, embora amadurecida sob a ótica do mercado, continuava atrasada em suas instituições e na maneira de pensar de suas elites. Francisco Weffort, comentando sobre a crescente perspectiva de crise, após percuciente análise dos pressupostos do golpe de 1964, reproduz uma frase de Vargas que sintetiza muito bem o descompasso entre as demandas organizadas do povo e a disposição de resposta dos governantes:

Por força das transformações sociais e econômicas que se associam ao desenvolvimento do capitalismo industrial e que assumem um ritmo mais intenso a partir de 1930, a democracia defronta-se, apenas começa a instaurar-se no após guerra, com a tarefa trágica de toda a democracia burguesa: a incorporação das massas populares ao processo político". Deste modo, podemos crer que Vargas, já em 1950 quando se elege Presidente diretamente pelo voto popular, tocava no ponto essencial em comentário que teria feito sobre a designação de seu Ministério: *Governo popular, Ministério reacionário; por muito tempo terá de ser assim.* (WEFFORT, 1989, p.17)

Na década de 30 o mundo viu nascer movimentos essencialmente nacionalistas, antidemocrático, antioperário, antiliberal e anti-socialista, que se estruturou principalmente na Europa entre o final da Primeira Guerra Mundial e o início da Segunda Guerra Mundial. Essas formas de governo representaram uma reação nacionalista às frustrações resultantes da Primeira Guerra Mundial, uma maneira de fortalecer o Estado, além de atender as aspirações de estabilidade diante das ameaças revolucionárias de esquerda, especialmente diante do socialismo na União Soviética.

A Europa viveu uma violenta crise econômica nos anos 20, a economia se recuperou mais por pouco tempo. Em 1929 começou a crise que mergulhou o mundo na Grande Depressão dos anos 30. os comunistas culpavam a burguesia pela crise. Recordavam que Marx já tinha mostrado a irracionalidade do sistema capitalista, capaz de

produzir abundancia e miséria ao mesmo tempo. E lembravam que o único país que tinha escapado da crise mundial era exatamente a União Soviética. Com isso, muitos operários e intelectuais começaram a simpatizar com os comunistas. A cada eleição na Europa os comunistas elegiam mais deputados para os parlamentos.

A classe media e pequena burguesia também estavam assustadas com a crise e percebiam que seu padrão de vida estava em queda. Por isso, a classe media e a pequena burguesia imaginavam que só estariam seguras se houvesse um regime político autoritário que acabasse com as “desordens” provocadas pelos sindicatos e pelos comunistas. É por isso que nesse momento somente um governo com plenos poderes poderia restaurar a “ordem“, a ”segurança“ e a ”tranqüilidade“ do país, abalado pela crise econômica, pelas greves e pela incerteza do futuro. Naquele momento, ganharam força em toda a Europa os partidos políticos de extrema direita, que pregavam a instalação de um regime autoritário.

3 POPULISMO NO BRASIL

O populismo latino-americano é um fenômeno urbano e típico das sociedades que começaram a crescer industrialmente no século XX. Instrumento de organização que visa a harmonizar grupos de interesses divergentes aplica-se a qualquer movimento de massa que interesse difusamente à “maioria do povo”. Nele ganha especial relevância o líder carismático provenientes de estratos mais altos da classe média, como Perón e Vargas. Assimilam do socialismo apenas seus elementos distributivos: melhoras salariais, implantação ou modernização da legislação trabalhista e implantação de sistema previdenciários e de bem-estar social, mas não pretende implantar a propriedade social dos meios de produção, embora em alguns casos promova a estatização de setores industriais. Populismo, em ciência política, é uma expressão que designa de forma genérica as fórmulas políticas que tem o povo como fonte principal de inspiração e termo permanente de referencia. Abrange realidades diversas que, apesar de contradições aparentes guardam para si relações de coincidência. No século XIX designou, por exemplo, um importante movimento americano de origem rural e as atividades de um grupo de intelectuais russos empenhados em derrubar a autocracia czarista.

As classes populares surgiram no bojo da crise desta sociedade e não poderiam permanecer infesas as circunstâncias que presidem sua formação. (WEFFORT, 1989, p.96)

Na América Latina, o populismo é referenciado nos governos democráticos e ditatoriais instaurados no período 1950 a 1970. Pode-se dizer que Getúlio Vargas inaugurou o populismo no Brasil, como pratica política que desmobiliza politicamente a população, apesar de (ou por isso mesmo) buscar satisfazer suas necessidades mais imediatas, sem promover conscientização. O populismo vem acompanhado de grande dose de paternalismo, que marca a política brasileira ate hoje. O líder é visto como alguém que dá coisas, concretas ou não, de alimentos e itens de vestuário a empregos, que presta favores à população. Assim, é natural que aquele político que dê mais passe a ser mais querido. Nesse papel, a propaganda passa a ser decisiva, como bem percebeu Vargas.

(...) No populismo, o principal motor e instrumento, o povo, é entendido como uma realidade homogênea, sem qualquer especificidade classista. (...) O termo populismo aplicou-se a diversos movimentos políticos e sociais ocorridos em diferentes países da África, Ásia, Europa e América, assumindo ênfase particular na América Latina, especialmente na Argentina, no

Brasil e no México. (...) No populismo, de outra parte, o conceito de povo não é racionalizado, predominando sempre a emotividade. Isso possibilita muitas vezes a associação do populismo ao nacionalismo. Bem como a existência de líderes carismáticos. (...)(AZEVEDO, 1997. p.17)

Embora para o líder populista as classes sociais se agreguem num todo homogêneo que se presta à manipulação, o sucesso do populismo, todavia, associa-se ao baixo nível de institucionalização da sociedade civil brasileira do início e meados do corrente século.

O fenômeno da industrialização que promove a rápida migração do campo para a cidade é, sem dúvida, relevante para explicar a manipulação do operariado e das camadas médias urbanas. Esses contingentes de trabalhadores, em grande parte vindos do interior ou do exterior, tinham certamente dificuldades para organizar ações coletivas de longo alcance, preferindo confiar ao líder populista seus anseios de justiça e progresso social.

O crescimento econômico e as mudanças estruturais da sociedade são avanços importantes dessa época. Os intelectuais, sobretudo os do ISEB, são vistos como pessoas devotadas à causa nacional e muito pouco à causa democrática. A crise institucional que leva à ruptura autoritária de 1964 tem a ver com tudo isso.

A manipulação das massas populares durou enquanto Estado teve condições de responder, embora que limitadamente, suas demandas. Fracassou quando, esgotada as possibilidades da acumulação capitalista em curso, as reformas estruturais passaram a ser demandada por um movimento de massas que se insinuava cada vez mais autônomo, radical e fora do controle dos líderes populistas. Essa atmosfera de radicalização chega rapidamente ao Congresso Nacional e, com ela, o impasse institucional que acabaria em golpe militar.

As coisas são assim e assim não de ficar! Parece ser esta a imagem que a maioria dos brasileiros faziam de si e de seu país no início do século XX. Uma imagem calcada na realidade do colonizador que domina e promove a aculturação subalterna. Uma imagem de quem se referencia integralmente nos olhos de alguém que enxerga o colonizado como simples "coisa". Uma imagem que emana de uma auto-estima coletiva gravemente rebaixada com o peso dos complexos herdados do longo período colonial e da escravidão. Uma perspectiva que impõe, aos países colonizados, dominação econômica e cultural. A primeira, no plano material, se completa com a segunda pela apropriação do espírito do oprimido pelo opressor. Corbisier, um intelectual do ISEB, referindo a situação colonial, diria:

O binômio senhor e escravo, que marca as relações entre colonizado e colonizador nos parece caracterizar o complexo colonial. O colonizador é sujeito, ao passo que o colonizado é objeto. (Corbisier apud ORTIZ.1985:58)

Era este, portanto, o cenário psicossocial brasileiro no alvorecer do novo século. No correr dos anos, todavia, com as tensões e conflitos provocados com a transição urbano-industrial (IANNI. 1994), essas formas de representação de si mesmo seriam questionadas pela intelectualidade brasileira e logo pelos políticos. Uma nova pergunta resumiria a problemática no campo social, econômico e político: o que sou e por que estou assim? Tratava-se, agora, do colonizado ir em busca de sua verdadeira identidade como forma de seguir novos rumos com vistas a enfrentar os desafios reais de sua existência individual e coletiva. O indivíduo agora era chamado a fazer a sua opção! Um comportamento que nos anos 50 e 60 se generalizaria entre as elites dos chamados povos oprimidos do Terceiro Mundo.

A cidade de Esperança na Paraíba, o cenário político não é diferente do resto do país, pois os políticos que aqui passaram tinham e continua com a mesma ideia populista do resto dos políticos brasileiros.

A sistematização filosófica desse comportamento encontrou, nos Intelectuais do mundo periférico — América Latina, Ásia e África, formas de comunicação de massa até então raras. Um movimento cultural e político que surpreende o mundo trazendo um novo diagnóstico da situação de opressão e atraso que vigorava nesses países. A realidade colonial e neocolonial seria agora analisada a partir da interação dos vetores subjetivos e objetivos que a constituem. A moeda cunhada pelos anos de dominação colonial teria agora ambas as faces questionadas pelo efeito arrasto dessas idéias junto às massas: a dominação econômica assente nas relações desiguais das trocas internacionais; e a dominação cultural, assente numa visão eurocêntrica do passado, do presente e do futuro da condição humana. No Brasil, essa abordagem encontra sua especificidade na produção intelectual do ISEB orientada de conformidade com o cânon do nacional-desenvolvimentismo:

... o Ser do homem colonizado está alienado no Ser do Outro, é necessário dar início a um movimento que restitua ao colonizado a sua "essência". Isto só pode ocorrer se o discurso extravasar do terreno filosófico para o domínio político. (ORTIZ. 1985:59)

Para os intelectuais brasileiros vinculados direta ou indiretamente ao ISEB, a transição da filosofia para a política implicava viver e transformar o mundo em que se vive

a partir da ótica e dos interesses do oprimido. E transformar, era agora sinônimo de desenvolvimento no contexto de um movimento político que chamaria as massas não para uma ruptura revolucionária, mas, tão somente, para uma ruptura reformista (ORTIZ. 1985:60; IANII. 1994:18)

A participação do povo como ator no teatro político brasileiro, inicia-se a partir de 1922 prolongando-se, aos solavancos, até 1964. De 1922 a 1945, o fundamento mobilizador é a luta pela redução do poder econômico e político das oligarquias vinculadas ao comércio externo. Um conflito entre os setores tradicionais e os setores urbanos em torno de diferentes projetos de modernização. São lutas políticas relacionadas à necessidade de construir um sistema cultural e institucional adequado às exigências da sociedade urbano-industrial em formação. De 1945 até 1964, uma vez atendidas as condições institucionais e materiais para o desenvolvimento industrial, com a redemocratização do país, viria o proletariado e a classe média serem convocados a figurar no teatro das lutas políticas e sociais, engrossando, assim, um movimento que, sob a designação nominativa de populismo, seria o agente propulsor da orientação nacionalista dos governantes e de lideranças políticas nas praças e ruas de todo o Brasil.

Experiência importante que duraria até 1964 e, durante todo esse período, refletiria, por meio de uma sucessão de governos e golpes, as contradições de uma sociedade que, embora amadurecida sob a ótica do mercado, continuava atrasada em suas instituições e na maneira de pensar de suas elites. Francisco Weffort, comentando sobre a crescente perspectiva de crise, após percuciente análise dos pressupostos do golpe de 1964, reproduz uma frase de Vargas que sintetiza muito bem o descompasso entre as demandas organizadas do povo e a disposição de resposta dos governantes:

Por força das transformações sociais e econômicas que se associam ao desenvolvimento do capitalismo industrial e que assumem um ritmo mais intenso a partir de 1930, a democracia defronta-se, apenas começa a instaurar-se no após guerra, com a tarefa trágica de toda a democracia burguesa: a incorporação das massas populares ao processo político". Deste modo, podemos crer que Vargas, já em 1950 quando se elege Presidente diretamente pelo voto popular, tocava no ponto essencial em comentário que teria feito sobre a designação de seu Ministério: *Governo popular, Ministério reacionário; por muito tempo terá de ser assim.* (WEFFORT, 1989: 17)

Eis a fórmula da manipulação que presidiria as relações entre o governo e as classes sociais durante todo o período de vigência da democracia populista de 1945 até 1964.

A partir de 1946 o Brasil ganhou uma nova Constituição que, no essencial, contemplava os requisitos do que a maioria dos cientistas políticos reconhece como sendo

uma democracia clássica no sentido canônico da palavra. Competição política, pluralismo partidário, eleições diretas, separação formal dos poderes do Estado, razoável direito de contestação pública, faziam secundárias as distorções inercialmente herdadas do regime anterior, o Estado Novo.

Com efeito, a inércia a que nos referimos explica uma transição marcada pela apatia das massas, pelas exigências democratizantes de além fronteira e que, por não haver reciclado a elite do regime anterior, incorrera na sobreposição das novas regras à velha estrutura de poder, mantendo intacto o arcabouço sindical corporativista e o perfil de uma burocracia estatal concentradora do poder decisório. (SOUZA, 1976, p. 105)

Foi nesse ambiente, de fragilidade do consenso e da democratização, que a intelectualidade brasileira estreou suas lutas, aderindo, voluntariamente, as causas populares. Alguns à esquerda, abjuram o liberalismo da UDN para em seguida entrarem, majoritariamente, no Partido Socialista Brasileiro ao tempo em que outro segmento, mais radicalmente comprometido com o socialismo e menos com a democracia, firmava posição dentro do Partido Comunista — declarado ilegal em 1947 e com os parlamentares cassados em 1948. Daniel Pécaut em estudo sobre os intelectuais da geração 1954-1964, analisando esse contexto declara:

... o ardor democrático dos intelectuais de 1945 tinha poucas chances de durar. Tendo admitido, por cálculo ou impotência, o aspecto corporativista do regime, pouco inclinados aos prazeres da política partidária e, além disso, pouco instrumentados para tomar parte nela, não tinham motivos para celebrar as virtudes da "democracia formal" que de qualquer forma nunca exaltaram assim. (PÉCAUT, 1989, p.99).

Para essa elite pensante, o aperfeiçoamento democrático em curso era apenas um tema subordinado à questão nacional que agora, diferente do período 1925-1940, estaria definitivamente gravitando em torno do reconhecimento da existência concreta da nação brasileira, do caráter e da personalidade acabadas de seu povo, e do direito inalienável ao progresso econômico e social. Agora não se tratava mais de buscar a identidade do oprimido frente o opressor, mas de mobilizar as massas para o confronto que afirma e defende a soberania nacional indispensável ao desenvolvimento.

O impulso para a industrialização veio com o retorno de Vargas, em 1950, pelo voto direto. O desejo de autonomia econômica, entretanto, despertaria tensões sociais e protestos junto às classes tradicionalmente ligadas ao comércio de exportação e importação, não tanto pela industrialização em si, mas e principalmente devido a ameaça aos privilégios que chegava com a emergência de uma nova estrutura social.

(Skidmore.1979). Seguem-se os conflitos, tensões e golpes planejados ou abortados, o que não impede a eleição e a posse traumática de Juscelino Kubitschek, com o rótulo do nacional desenvolvimentismo e a promessa de realizar "cinquenta anos de progresso em cinco".

Desta vez o ISEB — "agora *Meca* da pesquisa e do ensino de problemas brasileiros" (Skidmore. 1979: 211) — encontra o seu momento, sua hora e a sua vez, para lançar uma série de livros e publicações sobre as causas do subdesenvolvimento e as formas de sua superação. Entrava o Brasil num período de crescimento sem precedentes no século XX para o conjunto dos países capitalistas do Ocidente. A renda per capita brasileira viria sustentar-se ao longo da década de 50 em nível três vezes maior do que o resto da América Latina. A respeito dos anos JK é bom ouvir o que Skidmore tem a dizer sobre o desempenho da economia:

Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústria de equipamentos de transportes (600%). De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% *per capita*. (Skidmore.1979: 204)

Esse processo de industrialização, uma trajetória que remonta, com já referido, a revolução de 1930 é, na segunda metade dos anos 50 e primeira dos 60, fator primordial das tensões decorrentes do avanço do capitalismo brasileiro e das mudanças na estrutura social. Nos anos 60, a participação da indústria no PIB (26%) quase se equiparou com a agricultura (28%). O país transforma-se de economia agrária exportadora, em agrária industrial com todas as mazelas e demanda acarretada por uma intensa migração do campo para a cidade. Um processo em que brasileiros esquecidos nos lugares mais remotos, chegavam a grande cidade para conhecer novos padrões de consumo, instrução, amparo social limitado, mas também desemprego, miséria, violência e discriminação. Estas são as razões que fazem do populismo um jogo perigoso, um jogo de mão dupla. Se havia interesse do Estado na emergência política das classes populares, esse mesmo Estado sofre, via mercado, as pressões decorrentes desse processo. De um lado precisa das massas trabalhadoras para seu projeto político nacional desenvolvimentista. Mas de outro, precisa controlar essas massas trabalhadoras de forma a atender a estratégia da acumulação com o aumento da lucratividade e dos níveis de poupança do setor privado. Este conflito encontra em Wefforf uma advertência:

Seria ingênuo supor que somente para atender as necessidades de seu jogo interno, o Estado tivesse *inventado* uma nova força social. (WEFFORT, 1978: p.71)

De acordo com Weffort o poder de manipulação do governante e a passividade das massas era um fenômeno social aparente. A incapacidade de representação associada à suposta passividade das massas, contagiava também o grupo dominante que, fragmentado nos seus interesses, não consegue fazer-se representar. Essa é a razão porque a tutela de um Presidente que centraliza o poder e manipula é aceita por oprimidos e opressores. Heterogeneidade de interesses e conflitos inter e intraclasses é o resultado desse fenômeno brasileiro que termina por revelar o populismo como uma falsa solução. Trata-se, portanto, de uma ambigüidade das relações classe x governo e classe x classe. São relações individuais infensas a qualquer forma autônoma de organização. Vejamos de novo o que Weffort tem a dizer:

Desse modo, a manipulação é uma relação ambígua, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista político. (WEFFORT, 1978, p. 74)

A lógica dos fatos vem comprovar, no entanto, os limites da manipulação populista. Pois enquanto a economia cresceu, houve acumulação e pôde o Estado atender, no interesse dessa mesma acumulação e de sua sustentação política, a demanda dos trabalhadores. Contudo, tão logo se esgota o ciclo de expansão da economia brasileira, essa demanda extrapola a capacidade de atendimento do Estado, abrindo as portas para uma verdadeira mobilização política popular. (WEFFORT, 1978) Com isso, instala-se o conflito que combinado à precária

O fenômeno político que se manifesta com mais intensidade nos períodos de transição social e econômica, em sociedades divididas entre a tradição e a modernidade, o populismo se baseia numa visão romântica de povo como estrato social homogêneo, dotado de valores exclusivamente positivos e qualificado para expressar a vontade do conjunto da sociedade.

O exemplo do Brasil, os dois países passavam por um processo de reestruturação política e profundas crises econômicas, principalmente no México, já que o período populista mexicano teve início em 1934, cinco anos depois do "crack" da Bolsa de Nova Iorque.

A luta de Cárdenas no México era reestruturar economicamente o País, visto que para ele seria através da economia que o México conseguiria tornar-se forte. E, para que isso fosse alcançado, teria que contar com o apoio de todo o povo mexicano, não só da

burguesia, responsável pelo crescimento da produção, mas também das massas, que eram tidas por Cárdenas como o motor do progresso da sociedade. Já ao Estado, caberia o papel de juiz e de conciliador social, pois para que estas duas classes antagônicas pudessem dar as mãos era necessário que o Estado interviesse. E só o Estado poderia fazer isso visto que seus interesses eram para o bem de toda a população mexicana.

Em ambos os países, a formação deste “sistema” está condicionada, por um lado, pela crise econômica de exportação e pela reorientação para as atividades industriais, que assimilam o período posterior aos anos de 1930; e, por outro, pela crise de hegemonia da burguesia oligárquica e do sistema institucional liberal vigente na etapa histórica anterior. (WEFFORT, 1978, p.97)

Essa união possibilitaria a extinção de um desenvolvimento unicamente voltado nos moldes socialistas ou nos moldes capitalistas, pois, para Cárdenas, o ideal seria um sistema baseado na Revolução Mexicana que seria, a síntese dos dois sistemas. Ao Estado, pois, caberia o papel de garantir que as duas classes antagônicas - burguesia e proletariado - convivessem dentro de um projeto nacional comum, que proporcionasse benefícios para ambos os lados.

Havia uma política de respeito aos direitos da população. Ainda quanto às greves, o governo populista do México, além de legitimá-las, também afirmava que os donos das fábricas não poderiam deixá-las paralisadas, visto que isso seria um ato antipatriótico.

Cárdenas acreditava piamente na capacidade do Estado de intervir no campo da luta entre a burguesia e o proletariado, estabelecendo limites de atuação para cada um dos grupos. Para isso, era vital manter a neutralidade. Esta neutralidade, aliada à superioridade frente à classe burguesa e a classe operária através de uma política de interesses comuns, também asseguraria as condições necessárias para o desenvolvimento econômico que, segundo Cárdenas, era como o México poderia tornar-se forte.

Se o populismo mexicano se caracterizou pela forma democrática de atuar com a burguesia e com o proletariado, o argentino de Juan Carlos Perón, que governou a Argentina de 1946 a 1955, destacava-se por ser mais repressor aos movimentos sindicais.

A Argentina, antes de Perón assumir o poder, vivia afundada em uma crise política. Sucessivos golpes de Estado modificavam seqüencialmente os presidentes do País e as políticas sociais e econômicas. Perón foi eleito por uma chapa contraditória, já que aliava setores da classe operária com setores importantes do Exército, Igreja, além do apoio da burguesia. Com estes grupos aliados à sua chapa e mais suas atitudes antiliberais e

nacionalistas, Perón ora era acusado por alguns membros da oposição de fascista, ora era aclamado por outros como responsável pelo progresso social argentino.

Ou seja, os dois países, na tentativa de fugir dos sistemas capitalista e socialista, acabaram ajudando no crescimento e fortalecimento da burguesia e, também, no atrelamento dos sindicatos e das organizações político-partidárias das classes populares ao Estado burguês (ambas os fatos também aconteceram no Brasil de Getúlio Vargas, durante seus primeiros anos no poder, de 1930-45).

Em realidade, se o processo de surgimento político das classes populares pode ser pensado, po menos em nível geral, como um fenômeno comum a todos (ou quase todos) os países da região, isto se deve às similitudes básicas de sua formação histórica na “periferia” do mundo capitalista. (WEFFORT, 1978, p.97.)

O populismo entranhou-se nas estruturas de políticas no Brasil com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Vargas assumiu o poder através de uma revolução, tramada por seus aliados: os tenentes, uma parte do Exército (tropas gaúchas, mineiras e paraibanas), além dos políticos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Toda essa movimentação deveu-se ao fato de o Presidente da República, a época, Washington Soares, paulista, não ter indicado um político mineiro à presidência da República. Era o rompimento da política Café-com-Leite (que consistia no revezamento de um político mineiro e outro paulista na presidência da Nação) e o início do fim do poderio da oligarquia cafeeira.

Após a revolução, o comando do País foi passado interinamente a Getúlio Vargas. Sabendo das dificuldades financeiras do País, decorrentes do "crack" da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, que levou a exportação do café, o principal produto de exportação brasileira, a bancarrota, ele precisava encontrar aliados para reestruturar economicamente o País.

Foi buscá-los na burguesia industrial emergente (mesmo assim, Getúlio não deixou de adular os cafeicultores. A destruição de toneladas e toneladas de café, todos os anos, era a saída para reduzir os prejuízos dos cafeicultores). Esta burguesia ainda não possuía a força política que os latifundiários tinham. Porém, já possuíam capital suficiente para ajudar o governo Vargas a soerguer a economia nacional e impedir um quebra-quebra generalizado no Brasil.

O populismo pode ser definido como a política do "vão-se os anéis, ficam-se os dedos", ou seja, faz-se algumas concessões ao povo e aos aliados, mas mantém-se o poder. Dava-se um pouco de direitos aos trabalhadores, mas atrelava-se seus sindicatos ao Estado.

Queimava-se o café excedente, mas o lucro, que porventura aparecesse, iria para o desenvolvimento das fábricas.

O populismo surgiu de uma lacuna, de um momento em que ninguém se mostrava como a classe hegemônica. Sabendo disso, Getúlio toma as rédeas do poder e, ora jogando com a vontade do povo, ora jogando com a vontade da oligarquia cafeeira e, principalmente, com a burguesia industrial proeminente, mantém o poder em suas mãos por 15 anos. Para isso, ele procurou "obscurecer" as lutas de classe, através do atrelamento dos seus órgãos representativos, os sindicatos, ao Estado, e dissolvendo os seus partidos políticos (Aliança Nacional Libertadora -ANL- e Partido Comunista Brasileiro - PCB).

Vargas procurou dar aos trabalhadores alguns direitos que há muito tempo batalhavam, como o direito ao voto secreto e universal, ao salário mínimo, à formalização de um período de trabalho, entre outras coisas. Ao mesmo tempo que dava ao trabalhador estes direitos, o presidente tirava-lhes a capacidade de se organizar. Getúlio fez leis expulsando os líderes sindicais estrangeiros, o que enfraqueceu os sindicatos e atrelou estes sindicatos ao Estado (foi aí que surgiram os sindicatos pelegos que, até hoje, são o maior problema da classe sindical).

No século XX, a palavra populismo, adquiriu novo significado e passou a designar movimentos e governos da África, Ásia e América Latina. Considerando uma dimensão da cultura política em geral e não um tipo de sistema ideológico ou em espécie de organização, o populismo não tem formação doutrinária e teórica específica, engloba teorias e doutrinas aparentemente conflitantes que partilham o mesmo núcleo essencial: apenas o povo tem a faculdade de legitimar regimes e políticas. Num uso mais amplo, refere-se a certos elementos em organizações, movimentos e ideologias de toda espécie nos quais se dá destaque a noção de vontade do povo e ao contato popular direto com os líderes políticos.

Entre os movimentos populistas da América Latina destacam-se os de Getúlio Vargas no Brasil, Juan Domingos Perón na Argentina entre outros.

No Brasil, populismo é um conceito político que define e explica uma etapa da história do país. Sua prática envolve uma técnica de ação política pela quais setores dominantes, ligados ao esforço de industrialização, pretendem manipular a participação das camadas populares no cenário político. O populismo surgiu com a revolução de 1930 e ascensão de Vargas ao poder e estruturou-se politicamente com a adoção de medidas concretas, tornadas possíveis pelo acesso do movimento a máquina do Estado. Serviu a uma estratégia de crescimento econômico cujo objetivo era a criação de capitalismo

nacional e autônomo com o modelo de industrialização conhecido como de “substituição de importações”. Apesar de ter possibilitado o progresso pela industrialização e incorporando grandes massas ao processo político, o populismo se debateu em crise permanente. Em 1950, a eleição democrática de Vargas para a presidência marcou ampliação do populismo de modelo desenvolvimentista, com a inclusão do Estado nas atividades produtivas em diversos setores, como o siderúrgico e o petroquímico.

Cientistas políticos consideram que a deposição de João Goulart em 1964 marcou o fim do populismo no país. No entanto, como no conjunto da América Latina, algumas condições continuam presentes no panorama político, social e econômico brasileiro e permitem o ressurgimento de fenômenos populistas, embora com conteúdo e dimensão diferentes dos quais ocorreu no passado.

Em síntese o que diferenciava as duas correntes de pensamento acima, no tocante ao político, era o fato da primeira considerar a dimensão política como o fator decisivo na condução e direcionamento dos povos e nações. A política institucional assegurava uma política econômica e esta por sua vez efetivava-se no sistema econômico dominante, o capitalismo responsável pelos destinos dos povos. O Marxismo, partindo da crítica da economia clássica, que embasava o Capitalismo se propunha revolucionário, cujo processo se daria através da tomada do poder político das mãos da burguesia, classe detentora do Capital. Para essa corrente o econômico era o fator determinante das outras instâncias da sociedade, portanto a mudança adviria, da quebra deste modelo e conseqüentemente o estabelecimento de um destino diferenciado para os rumos políticos dos povos. O Capitalismo sistema econômico dominante e opressor das massas seriam substituídos pelo Socialismo, libertário e igualitário.

Essas filosofias se coadunavam partindo da concepção de que assim como a ciência moderna em geral, a história era um conhecimento racional e atingível mediante da análise dos aspectos visíveis das relações sociais. Como as dimensões infra e supra-estruturais, ou seja, de um lado o ideológico e de outro o político e o econômico.

Sabemos que o Capitalismo atualmente ultrapassou o caráter meramente econômico, ao invés de falarmos numa economia capitalista, poderíamos falar numa mentalidade capitalista ou capitalística. Foi do questionamento desses postulados que a presente análise nasceu. Como compreender a permanência por tanto tempo no poder, através de sucessivas vitórias eleitorais, de um político cuja administração não rompe com uma prática política tradicional e conservadora, sem conseqüentemente cair na discussão do econômico como determinante do político.

4 O PREFEITO POPULISTA

Neste capítulo discutiremos parte da história do ex-prefeito Luis Martins, prefeito na cidade de Esperança (PB), mostrando as suas diversas administrações, a partir de depoimentos de alguns moradores do município, para se ter uma visão de como foi seu papel de administrador na cidade de Esperança. Mostrando que o populismo praticado pelo prefeito, consistia em uma política em que o Estado, e ele como líder carismático, agia como intermediário entre a burguesia e proletariado urbano, `forçando` essa mesma burguesia a realizar concessões, enquanto mantinha o proletariado sob controle.

Embora não seja natural da cidade de Esperança, sua cidade natal seja Pocinhos, foi em Esperança que teve início sua trajetória como homem público, inicial como funcionário da Coletoria Estadual (cargo de Coletor). Já sua vida como político começa no ano de 1963, e fica no cargo até o ano de 1968, sempre em seus discursos enfatiza que vai fazer é para o bem da população, como fazia muito bem Getúlio Vargas.

Em 1963 é eleito pela primeira vez prefeito de Esperança, em suas campanhas eleitorais sempre dizia que o povo era livre para escolher o melhor candidato, e ele seria a melhor opção, que com seu trabalho e honestidade iria mudar a cidade, transformá-la em uma cidade de trabalho como atesta o depoimento do Sr. Francisco Candido, (morador na cidade há mais de 50 anos).

Eu me lembro que a maioria das ruas de nossa não serem calçadas, não havia quase praças, em época de inverno, não havia como transitar de lugar para outro, como final do primeiro mandato do Sr. Luis a coisa mudou bastante, já tínhamos muitas ruas calçadas, o que facilitou muito a passagem das pessoas, mas ele também ajudou muita gente, o nosso prefeito é gente boa.

Embora para o líder populista as classes sociais se agreguem num todo homogêneo que se presta à manipulação, o sucesso do populismo, todavia, associa-se ao baixo nível de institucionalização da sociedade civil brasileira do início e meados do corrente século.

Em uma nova eleição esta já no ano de 1973, Luis Martins é eleito novamente prefeito da cidade, sempre argumentando que sua experiência faz bem para cidade, que ele não tinha adotado aquela cidade sem motivo, ele faria essa administração como aquela que era voltada para o povo, que iria ajudar a população da cidade, iria mudar o perfil da população pobre, seu segundo mandato foi concluído no ano de 1977.

Em 1983 é novamente candidato e vence as eleições. No final de seu mandato para comemorar sua terceira administração manda uma mensagem ao povo de Esperança, publicada em uma revista comemorativa.

Em sua quarta e última passagem pela prefeitura que foi entre os anos de 1993 e 1996, o ex-prefeito realizou obras para cidade. Essas obras são as marcas de sua administração de pessoas que pretendem manter-se muito tempo no poder. Esse tipo de administração é do tipo **populista**, que usa tudo isso primeiro para manter-se no poder. São esse tipo de emblema que se materializam nas relações e dos jogos de poder.

Outro meio que o político fez uso para se manter no poder foi o paternalismo político, para isso não usava intermediários, embora nos momentos de contato com o povo, estivesse sempre rodeado de apaniguados, característica marcante de sua liderança. Sua imagem de político para com o povo sempre foi a de "pai dos pobres", essa relação mina qualquer forma de manifestação de independência do povo.

Enfim, tudo se passa com as classes populares urbanas, por serem promovidas "de cima" à participação no Estado, estivessem condenadas a uma subordinação política que não podem romper sem pôr em perigo as condições de sua própria incorporação. (WEFFORT, 1978, p 140.)

Entre suas estratégias a distribuição de cestas básicas, para a população pobre, só que esta distribuição não seguia nenhum critério pré-estabelecido, esta maneira de "ajudar" a população, simbolizava sua marca de líder assistencialista.

A maneira que se dá à distribuição desses benefícios. A pessoa, vaia até a Prefeitura, onde o prefeito pessoalmente assina um papel de um valor previamente estabelecido, e de posse deste papel procura os mercadinhos credenciados para retirar a mercadoria.

O ex-prefeito de Esperança, Luis Martins é do tipo populista, pois em suas quatro administrações, sempre teve uma visão da população, como estrato social de maneira homogênea, como fica demonstrado em um dos seus discursos, proferidos.

Ao termino do meu terceiro mandato como Prefeito Constitucional do município de Esperança, venho tomado de grande emoção, trazer a todos os esperancenses, a minha mensagem de gratidão pela confiança em mim depositada através do voto livre e soberano por três pleitos em menos de duas décadas. (Revista Comemorativa da 3ª Administração. Dezembro:1988)

A maior preocupação desse trabalho é mostrar que a trajetória política do Sr. Luis Martins no que se refere a tantos mandatos como prefeito de Esperança. Não podemos privilegiar certos setores da sociedade em detrimento de outros. Devemos sim ter olhares diferentes para o mesmo problema. Podemos ter olhares diferentes para o mesmo problema. Mesmo que esses olhares sejam permitidos, pois há uma razão para delimitar, estas são as fontes pesquisadas, pois cada uma traz uma visão muito pessoal do entrevistado. Segundo Gervácio Batista.

Em se tratando de trabalho com memorialistas, em rápido comentário. Já que a memória é seletiva, lugar-comum presentes na maioria dos trabalhos que refletem sobre as possibilidades e/ou limites da oralidade, isto sem dúvida constitui uma dificuldade para o pesquisador que faz a opção Por esse tipo de testemunho, a começar pelo fato de que as entrevistas nem sempre são conservadas em gravação sonora e raramente podem ser consultadas (...) (ARANHA, 2001.p.60).

Pelo que constatamos nos depoimentos dos entrevistados sobre a atuação política de Luis Martins, é um político que tem carisma junto ao eleitor e sabe conduzir de maneira hábil a política, usando para isso artifícios que foram descritos anteriormente, para somente manter-se no poder, e para boa parte da população da cidade de Esperança ele ainda é o maior líder da cidade.

Em nosso trabalho procuramos mostrar a trajetória política do administrador Luis Martins, na questão de se manter por tantas vezes a frente da administração da cidade de Esperança, ser um político que se utiliza do jogo dramático, da verdadeira teatralização do poder, para se manter por longos anos comando os destinos da cidade. Como relata Balandier

As técnicas dramáticas não são utilizadas exclusivamente no teatro, mas também na direção da cidade. O Príncipe deve se comportar como um ator político para conquistar e conservar o poder. (BALANDIER, 1982.p.7).

Como foi escrito nos capítulos anteriores, o governo populista, graças ao apoio popular difuso e às contradições existentes no interior da burguesia, pode manobrar entre forças conflitantes. Os estudiosos falam de uma crise de hegemonia e de um empate na fraqueza como principal condição dessa ampla margem de manobra de tais governos. Usado os mais diversos artifícios para se manter no poder como foi descrito anteriormente, pelo que foi descritos nos dois primeiros capítulos como também no terceiro capítulo,

Getulio Vargas e Luis Martins guardando as devidas proporções podem ser considerados como pais dos pobres.

CONCLUSÃO

Concluimos que neste estudo buscaremos compreender, a partir da análise dos aspectos simbólicos e discursivos como um político de linha tradicional e conservadora manter-se tanto tempo no poder, sendo conduzido a ele pelo voto popular.

Subsidiado por um aparato teórico metodológico que nos possibilitou ultrapassar a análise convencional que associa o político ao econômico e que se entende como lugar legítima na manifestação do poder, percebemos que as relações que envolvem o campo político incluindo a dimensão político administrativa da infra ou superestrutura.

A compreensão das relações que envolvem os jogos do poder passa por uma análise de dimensões, que a primeira vista não são perceptíveis.

Ao fazermos uso das informações coletadas através dos depoimentos orais fornecidos pelos eleitores da cidade de Esperança, tentando compreender os fatores que dariam respostas ao uso no nosso questionamento central, identificamos como mencionamos anteriormente, a prática de uma política tradicional e conservadora, caracterizada pela complementação do Populismo e do Paternalismo, prática essa frequente e usual na política partidária.

Através do estabelecimento das relações populistas e paternalistas, identificamos uma série de outros desdobramentos que estão envoltos numa mesma rede de símbolos, e constrói representantes “natos do povo” como é o caso do Sr. Luís Martins de Oliveira.

Essa pena se faz presente no poder instituído constrói uma imagem que corresponde a uma expectativa popular, que inclui a benevolência, a humildade, o dom natural para a política, a ausência de interesses particulares, e até o poder da adivinhação.

Toda essa trama é construída a partir de um cenário cujos gestos e encenações são pensados e articulados racionalmente. Embora, isso não signifique que não haja uma introjeção ou subjetivação pelo próprio líder político deste papel. Nesse sentido, podemos concluir afirmando que para esta situação seja instituída é necessário que do lado surja uma liderança, ou seja, um sujeito cuja subjetividade o consorte enquanto líder, apoiado em fatores de ordem emocional, sustentados por um aparato institucional e ordem material que envolve inclusive com grande relevância o aspecto econômico. E de outro uma população, que introjete o perfil dos liderados, cuja mentalidade está sedimentada numa cultura colonizadora.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, Modernidade e Imaginário na Paraíba?** Tramas político-econômicos e práticas culturais (1880 – 1925). Monografia, Campinas, 2001.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997.

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena.** Tradução Luiz Tupy Caldas de Moura, Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional.** Ed. Brasiliense. São Paulo. 1985.

PÉCAUT, D - Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação. Editora Ática. São Paulo. 1989

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964.** Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 7ª ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

SOUZA, Maria do Carmo **Campello – Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964).** Editora Alfa-Ômega. São Paulo. 1976.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. IN: MELO, José Marques de (org.). **Populismo e Comunicação.** São Paulo: Cortez Editora, 1981.